

**Despacho n.º 15236/2012**

Considerando que nos termos do artigo 83.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, às instituições de ensino superior cabe aprovar normas que disciplinem as regras e prazos a observar na contratação por convite do pessoal especialmente contratado e respetivo regime de contratação;

Considerando que, nos termos do artigo 29 n.º 2 alínea q), dos Estatutos da UTL, aprovados pelo despacho normativo n.º 57/2008, de 28 de outubro de 2008, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 6 de novembro de 2008, compete ao Reitor aprovar os regulamentos previstos na lei e nos Estatutos;

Considerando que a Faculdade de Arquitetura elaborou um Regulamento de Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado, o qual foi submetido para homologação Reitoral.

Ao abrigo do disposto nos artigos 29.º n.º 2 alínea q) e 62.º dos Estatutos da UTL:

1) Homologo o Regulamento de Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, o qual vai publicado em anexo e que faz parte integrante do presente despacho;

2) O Regulamento de Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, em anexo, entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

3) É revogado o Regulamento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado da FA/UTL, aprovado pelo Despacho n.º 10103/2010, de 2 de junho, do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 15 de junho de 2010, anteriormente em vigor.

19 de novembro de 2012. — O Reitor, *António da Cruz Serra*.

**Regulamento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado**

As figuras de professor visitante, professor convidado, assistente convidado e monitor encontram-se definidas no Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio. Para além de, no Artigo 2.º, definir como categorias do pessoal docente, o professor catedrático, o professor associado e o professor auxiliar, abre espaço no Artigo 3.º para a prestação de serviço docente por parte de pessoal especialmente contratado, “individualidades, nacionais ou estrangeiras, de reconhecida competência científica, pedagógica ou profissional, cuja colaboração se revista de interesse e necessidade inegáveis para a instituição de ensino superior em causa”.

O Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado pelo Despacho n.º 2646/2010, de 29 de janeiro de 2010, do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 9 de fevereiro de 2010, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8170/2012, de 01 de junho de 2012, do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 14 de junho de 2012, veio regular a contratação do pessoal docente especialmente contratado na Universidade, estabelecendo no Artigo 3.º a possibilidade de regulamentação no âmbito de cada unidade orgânica, pelo(s) órgão(s) estatutariamente competente(s), com homologação pelo Reitor.

Nesses termos, é aprovado o Regulamento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (FA/UTL).

**Artigo 1.º****Objeto**

O presente regulamento desenvolve e regula o regime de contratação do pessoal docente especialmente contratado da FA/UTL, a que se refere o Artigo 3.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, e ao abrigo do Artigo 3.º do Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado pelo Despacho n.º 2646/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 9 de fevereiro de 2010, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8170/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 14 de junho de 2012.

**Artigo 2.º****Figuras de pessoal docente especialmente contratado**

Constituem figuras de pessoal docente especialmente contratado na FA/UTL:

- 1 — Professor visitante;
- 2 — Professor convidado;
- 3 — Assistente convidado;
- 4 — Monitor.

**Artigo 3.º****Professor visitante**

1 — Os professores visitantes são recrutados, por convite, de entre professores ou investigadores de reconhecida competência que em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros ou internacionais, ou em instituições científicas estrangeiras ou internacionais, exerçam funções em área ou áreas disciplinares análogas àquelas a que o recrutamento se destina.

2 — Os professores visitantes desempenham as funções correspondentes à categoria a que foram equiparados por via contratual (n.º 1 do Artigo 8.º do ECDU), preferencialmente orientadas para colaborações específicas e não para o preenchimento de serviço docente regular das licenciaturas e mestrados integrados da FA/UTL.

3 — O recrutamento do professor visitante é feito nos seguintes termos:

a) É proposto por convite fundamentado subscrito por, pelo menos, dois professores da especialidade, juntando o respetivo *curriculum vitae* e indicando explicitamente as funções a desempenhar, designadamente:

A(s) disciplina(s) a lecionar, juntando a programação das aulas, seminários, conferências ou exames em que se prevê a sua presença, bem como a estimativa de horas totais de docência no respetivo ano letivo;

As atividades previstas de investigação científica e de extensão universitária.

b) A proposta é aprovada pelos membros da área disciplinar do Departamento, propondo um professor de carreira da mesma área científica, de categoria igual ou superior, como responsável pela integração e acompanhamento do professor visitante na FA/UTL.

c) A proposta é aprovada pelo Conselho Científico.

d) O professor visitante é recrutado pelo Presidente da FA/UTL, pelo período de um mês até um ano. O contrato não pode incluir cláusulas de renovação contratual automática.

e) A contratação é a termo certo e em regime de dedicação exclusiva, de tempo integral, ou de tempo parcial, sendo determinada pelo Presidente da FA/UTL, com o acordo do docente.

f) A decisão sobre a renovação do contrato cabe ao Presidente da FA/UTL, por proposta dos membros da área disciplinar do Departamento, ouvido o Conselho Científico, nos seguintes termos:

O contrato, incluindo as renovações, não pode exceder a duração máxima de quatro anos, se for em regime de dedicação exclusiva ou de tempo integral.

Se for a tempo parcial, a duração máxima do contrato, incluindo as renovações, é calculada na proporção da percentagem contratual, tendo por referência os quatro anos atrás referidos (Exemplo: a uma contratação a 50 % corresponderá um limite máximo de oito anos).

**Artigo 4.º****Professor convidado**

1 — O professor convidado é recrutado, por convite, de entre individualidades, nacionais ou estrangeiras, cuja reconhecida competência científica, pedagógica ou profissional na área científica constitua uma mais-valia para a FA/UTL ao nível da sua projeção pública, da atração de estudantes e da qualificação do ensino, reforçando a ligação da Universidade ao meio profissional e à sociedade civil.

2 — Os professores convidados desempenham as funções correspondentes à categoria a que foram equiparados por via contratual (n.º 1 do Artigo 8.º do ECDU), preferencialmente orientadas para colaborações específicas e não para o preenchimento de serviço docente regular das licenciaturas e mestrados integrados da FA/UTL. Os professores convidados podem assumir as categorias de professor catedrático convidado, professor associado convidado e professor auxiliar convidado.

3 — O recrutamento do professor convidado é feito nos seguintes termos:

a) É proposto por convite fundamentado subscrito por, pelo menos, dois professores da especialidade, juntando o respetivo *curriculum*

*vitae* e indicando explicitamente as funções a desempenhar, designadamente:

A(s) disciplina(s) a lecionar, juntando a programação das aulas, seminários, conferências ou exames em que se prevê a sua presença, bem como a estimativa de horas totais de docência no respetivo ano letivo;

As atividades previstas de investigação científica e de extensão universitária.

b) A proposta é aprovada pelos membros da área disciplinar do Departamento, propondo um professor de carreira da mesma área científica como responsável pela integração e acompanhamento do professor convidado na FA/UTL.

c) A proposta é aprovada pelo Conselho Científico.

d) O professor convidado é recrutado pelo Presidente da FA/UTL, pelo período de até um ano, tendo presente o limite estabelecido pelo n.º 4 do Artigo 15.º do ECDU. O contrato não pode incluir cláusulas de renovação contratual automática.

e) A contratação é a termo certo e em regime de tempo parcial, preferencialmente com uma percentagem máxima de 50 % e mínima de 5 %, sendo determinada pelo Presidente da FA/UTL, com o acordo do docente.

f) O Professor Convidado pode ser contratado com uma percentagem superior ao disposto na alínea anterior, até 75 %, em situações excecionais, quando se tratem de personalidades de reconhecido mérito internacional nos domínios da Arquitetura, do Urbanismo, do Design ou das Artes.

g) A decisão sobre a renovação do contrato cabe ao Presidente da FA/UTL, por proposta dos membros da área disciplinar do Departamento, ouvido o Conselho Científico, nos seguintes termos:

A duração máxima do contrato, incluindo renovações, é calculada na proporção da percentagem contratual, tendo em conta que a uma contratação a 100 % corresponderia um limite máximo de quatro anos (Exemplo: a uma contratação a 50 % corresponderá um limite máximo de oito anos).

#### Artigo 5.º

##### Assistente convidado

1 — O assistente convidado é recrutado, por convite, de entre individualidades, nacionais ou estrangeiras, com o grau de mestre ou licenciado, cuja competência científica, pedagógica ou profissional na área científica constitua uma mais-valia para a FA/UTL ao nível da qualificação do ensino, reforçando a ligação da Universidade ao meio profissional e à sociedade civil.

2 — Aos assistentes convidados é atribuído o exercício das funções dos docentes, sob a orientação de um professor (n.º 2 do Artigo 8.º do ECDU).

3 — O recrutamento do assistente convidado é feito nos seguintes termos:

a) É proposto por convite fundamentado subscrito por, pelo menos, dois professores da especialidade, juntando o respetivo *curriculum vitae* e indicando explicitamente as funções a desempenhar, designadamente:

A(s) disciplina(s) a lecionar e a respetiva carga horária no ano letivo;  
As atividades previstas de investigação científica e de extensão universitária.

b) A proposta é aprovada pelos membros da área disciplinar do Departamento, propondo um professor de carreira da mesma área científica como responsável pela integração e acompanhamento do assistente convidado na FA/UTL.

c) A proposta é aprovada pelo Conselho Científico.

d) O assistente convidado é recrutado pelo Presidente da FA/UTL, pelo período de até um ano. O contrato não pode incluir cláusulas de renovação contratual automática.

e) A contratação é a termo certo e em regime de tempo integral ou de tempo parcial, sendo determinada pelo Presidente da FA/UTL, com o acordo do docente.

f) A decisão sobre a renovação do contrato cabe ao Presidente da FA/UTL, por proposta dos membros da área disciplinar do Departamento, ouvido o Conselho Científico, nos seguintes termos:

A duração máxima do contrato, incluindo renovações, não pode exceder quatro anos, se for em regime de tempo integral.

Se for a tempo parcial, a duração máxima do contrato, incluindo renovações, é calculada na proporção da percentagem contratual, tendo por referência os quatro anos atrás referidos (Exemplo: a uma contratação a 50 % corresponderá um limite máximo de oito anos).

#### Artigo 6.º

##### Monitor

1 — O monitor é recrutado entre estudantes de 2.º ciclo da FA/UTL.

2 — Aos monitores compete coadjuvar, sem os substituir, os restantes docentes, sob a orientação destes (n.º 4 do Artigo 8.º do ECDU).

3 — O recrutamento do monitor é feito nos seguintes termos:

a) É proposto por convite fundamentado subscrito por, pelo menos, dois professores da especialidade, juntando o respetivo *curriculum vitae* e indicando explicitamente as funções a desempenhar, designadamente, a(s) disciplina(s) a coadjuvar e a respetiva carga horária no ano letivo.

b) A proposta é aprovada pelos membros da área disciplinar do Departamento, propondo um professor de carreira da mesma área científica como responsável pela integração e acompanhamento do monitor na FA/UTL.

c) A proposta é aprovada pelo Conselho Científico.

d) O monitor é recrutado pelo Presidente da FA/UTL, pelo período de até um ano. O contrato não pode incluir cláusulas de renovação contratual automática.

e) A contratação é a termo certo e em regime de tempo parcial, com uma percentagem máxima de 50 % e mínima de 5 %, sendo determinada pelo Presidente da FA/UTL, com o acordo do docente.

f) A decisão sobre a renovação do contrato cabe ao Presidente da FA/UTL, por proposta dos membros da área disciplinar do Departamento, ouvido o Conselho Científico, nos seguintes termos:

A duração máxima do contrato, incluindo renovações, é calculada na proporção da percentagem contratual, tendo em conta que a uma contratação a 100 % corresponderia um limite máximo de quatro anos (Exemplo: a uma contratação a 50 % corresponderá um limite máximo de oito anos).

#### Artigo 7.º

##### Casos especiais de contratação

1 — Podem ainda ser contratadas individualidades para o desempenho de funções docentes, na categoria de professores convidados ou de assistentes convidados, sem remuneração, nos termos do Artigo 32.º-A do ECDU.

2 — O recrutamento de professores convidados ou de assistentes convidados é feito nos seguintes termos:

a) É proposto por convite fundamentado subscrito por, pelo menos, dois professores da especialidade, de categoria igual ou superior à da individualidade a convidar, juntando o respetivo *curriculum vitae* e indicando explicitamente as funções a desempenhar, designadamente:

A(s) disciplina(s) a lecionar e a respetiva carga horária no ano-letivo;  
As atividades previstas de investigação científica e de extensão universitária.

b) A proposta é aprovada pelos membros da área disciplinar do Departamento, propondo um professor de carreira da mesma área científica como responsável pela integração e acompanhamento da individualidade na FA/UTL.

c) A proposta é aprovada pelo Conselho Científico, reconhecendo expressamente o mérito científico da individualidade.

d) A individualidade é recrutada pelo Presidente da FA/UTL, pelo período de até um ano.

e) A decisão sobre a renovação do contrato cabe ao Presidente da FA/UTL, por proposta dos membros da área disciplinar do Departamento, ouvido o Conselho Científico, nos seguintes termos:

O contrato pode ser renovado até duas vezes, por períodos de um ano cada, enquanto vigorar o acordo de colaboração de que a FA/UTL seja parte, ou no quadro da colaboração voluntária de docentes ou investigadores de outras instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais com a FA/UTL.

#### Artigo 8.º

##### Contratação de bolseiros

1 — Podem ser contratados para prestar serviço docente bolseiros de doutoramento e de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia ou de outras instituições, públicas ou privadas, com as quais a FA/UTL tenha em curso protocolos de investigação ou de prestação de serviços, com a categoria de assistentes convidados, desde que tal atividade seja compatível com a função que desempenham, entendida como complementar ao seu processo formativo, e não exceda as quatro horas semanais, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2 — A FA/UTL não remunera a prestação de serviço docente do bolseiro, só podendo proceder à sua contratação nos casos em que a respetiva remuneração, direitos sociais e seguro de atividade sejam assegurados pela bolsa que auferem.

3 — As funções e recrutamento do bolseiro da FA/UTL como assistente convidado seguem o disposto, respetivamente, no n.º 2 e no n.º 3 do Artigo 5.º do presente regulamento.

## Artigo 9.º

**Candidatura a docente convidado**

1 — As candidaturas a docente convidado deverão ser apresentadas nos termos do disposto no artigo 11.º do Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Para além dos documentos a que alude o referido artigo 11.º, as candidaturas devem ser acompanhadas pelo *curriculum vitae* do candidato.

3 — Antes de aprovadas pelo Conselho Científico, as candidaturas devem ser remetidas ao coordenador da respetiva área disciplinar, que delas dará conhecimento aos membros da sua área científica, que devem emitir parecer sobre as mesmas.

## Artigo 10.º

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

## Artigo 11.º

**Norma Revogatória**

O Presente Regulamento revoga o Regulamento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado da FA/UTL, publicado pelo Despacho n.º 10103/2010, de 2 de junho, do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 15 de junho de 2010.

206545727

**Despacho n.º 15237/2012**

Despacho Reitoral n.º 152/UTL/2012, O Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, sob proposta do Presidente do Instituto Superior Técnico, aprova a alteração ao Curso de Mestrado Bioengenharia e Nanossistemas, nos termos da seguinte legislação:

Artigos 11.º, 61.º, 74.º da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

Da alínea g) do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 57/2008 de 06 de novembro; do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho e n.º 230/2009, de 14 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro e do Despacho n.º 7287-A/2006, 2.ª série, de 31 de março;

Despacho n.º 5087/2008, 2.ª série, de 25 de fevereiro, que cria o ciclo de estudos;

Despacho n.º 17749/2010, 2.ª série, de 26 de novembro e Despacho n.º 7971/2012, 2.ª série, de 11 de junho, que alteram o ciclo de estudos.

## 1.º

**Alteração do curso**

1 — A Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, altera a estrutura curricular e o plano de estudos do curso de Mestrado em Bioengenharia e Nanossistemas.

2 — Em resultado desta alteração, a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, confere o grau de mestre em Bioengenharia e Nanossistemas e ministra o ciclo de estudos a eles conducente.

## 2.º

**Organização do curso**

1 — O curso conducente ao grau de mestre em Bioengenharia e Nanossistemas, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se em unidades de crédito, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho.

2 — O grau de mestre será conferido aos que satisfizerem as condições previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março.

## 3.º

**Estrutura curricular e plano de estudo**

A estrutura curricular e o plano de estudo do curso conducente ao grau de mestre em Bioengenharia e Nanossistemas é o que consta no Anexo I ao presente Despacho.

## 4.º

**Classificação final**

1 — Ao grau de mestre é atribuída uma classificação final expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como

no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2 — A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades, das classificações das unidades curriculares em que o aluno realizou os créditos necessários para a obtenção do grau.

3 — Os coeficientes de ponderação serão fixados pelo órgão competente do Instituto Superior Técnico.

## 5.º

**Normas regulamentares do curso**

O órgão competente do Instituto Superior Técnico aprova as normas regulamentares do curso, nomeadamente:

a) Regras sobre a admissão no ciclo de estudos, em especial as condições de natureza académica e curricular, as normas de candidatura, os critérios de seleção e seriação e o processo de fixação e divulgação das vagas e dos prazos de candidatura;

b) Condições de funcionamento;

c) Concretização da componente de dissertação/projeto;

d) Regimes de precedências e de avaliação de conhecimentos no curso;

e) Regime de prescrição do direito à inscrição, tendo em consideração, quando aplicável, o disposto sobre esta matéria na Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto;

f) Processo de nomeação do orientador ou dos orientadores, condições em que é admitida a coorientação e regras a observar na orientação;

g) Regras sobre a apresentação e entrega da dissertação/projeto e sua apreciação;

h) Prazos máximos para a realização do ato público de defesa da dissertação/projeto;

i) Regras sobre a composição, nomeação e funcionamento do júri;

j) Regras sobre as provas de defesa da dissertação/projeto;

k) Processo de atribuição da classificação final;

l) Prazos de emissão do diploma de registo, da carta de curso e suas certidões e do suplemento ao diploma;

m) Processo de acompanhamento pelos Órgãos Pedagógico e Científico.

## 6.º

**Início de funcionamento**

1 — As normas definidas no presente despacho entram em funcionamento no ano letivo de 2012-2013;

2 — Caberá à Coordenação do curso de Mestrado em Bioengenharia e Nanossistemas a atribuição de créditos ou equivalências decorrentes desta alteração e não previstos no Anexo II a este Despacho.

3 — Comunicação feita à Direção Geral do Ensino Superior em 20 de novembro de 2012

20 de novembro de 2012. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

**ANEXO I**

(ao Despacho Reitoral n.º 152/UTL/2012)

**Estrutura Curricular e Plano de Estudos do curso de Mestrado em Bioengenharia e Nanossistemas**

1 — Estabelecimento de ensino: Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Unidade orgânica: Instituto Superior Técnico.

3 — Curso: Bioengenharia e Nanossistemas.

4 — Grau ou diploma: Mestre.

5 — Área científica predominante do curso: Bioengenharia e Nanossistemas.

6 — Número de créditos para a obtenção do grau: 120.

7 — Duração normal do curso: 4 semestres.

8 — Opções/Ramos: Não aplicável.

9 — Áreas científicas:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Área Científica de Biomateriais, Nanotecnologia e Medicina Regenerativa. . . . .	BNMR	18	